

WILLIANS VARGAS DE OLIVEIRA

A DINÂMICA MENTAL DA CIVILIZAÇÃO REPRESSIVA

As origens da repressão em “Eros e Civilização” de Herbert Marcuse



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG

2017

WILLIANS VARGAS DE OLIVEIRA

A DINÂMICA MENTAL DA CIVILIZAÇÃO REPRESSIVA

As origens da repressão em “Eros e Civilização” de Herbert Marcuse

Monografia apresentada ao Instituto de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Linha de pesquisa: História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Professor Dr. Rafael Cordeiro Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

UBERLÂNDIA - MG

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia defendida em 13 de dezembro de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rafael Cordeiro Silva (UFU) – Orientador

Profa. Dra. Ana Paula de Ávila Gomide (UFU)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Dona Heloísa Helena Vargas, por ter empreendido todos os esforços e superado todas as dificuldades no intuito de me proporcionar uma formação apropriada. Reconheço o importante papel que ela, junto com a minha família, desempenhou na construção do meu caráter. Agradeço também à minha esposa Jéssica Duarte com a qual me lancei na aventura de formar minha própria família e que sempre esteve ao meu lado, como meu maior alicerce. E agradeço ao Professor Rafael Cordeiro por ter me apresentado aos temas e aos autores que tanto me instigaram e me deram o que pensar.

RESUMO

O campo temático do presente estudo está circunscrito à dinâmica da civilização repressiva, e tem no conceito de repressão o seu ponto central. Este trabalho é uma tentativa de abordar a repressão enquanto um dos principais entraves à possibilidade real da constituição de uma sociedade livre. Possibilidade essa que seria eficazmente contida nos membros reprimidos das sociedades atuais. Ele se dedica essencialmente à análise da teoria de Sigmund Freud acerca da origem do indivíduo reprimido, assim como da origem da sociedade repressiva, realizada por Herbert Marcuse, em sua obra intitulada *Eros e Civilização*, mais especificamente na primeira parte, denominada “Sob o domínio do princípio de desempenho”. Partindo da redefinição marcuseana do conceito de utopia, passa pela justificativa que o próprio Marcuse ofereceu para a escolha de Freud enquanto referencial teórico, pela descrição sumária da teoria freudiana do desenvolvimento da personalidade assim como do mito da horda primordial, por este elaborado. Transita ainda pelas implicações concernentes à filosofia social – originadas a partir destas hipóteses – e pela extrapolação de seus conceitos. Tudo isso para, no seu desfecho, lançar luz às contradições correntes engendradas no interior do capitalismo industrial avançado, deixando acesa a ânsia pela criação de uma sociedade verdadeiramente humana, erguida sobre as conquistas auferidas até o presente momento histórico.

Palavras-chave: indivíduo, sociedade, repressão, horda primordial, civilização repressiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. O conceito de homem na teoria freudiana.....	14
2. A evolução do indivíduo reprimido	
2.1. O desenvolvimento da personalidade repressiva.....	19
2.2. Implicações ontogenéticas.....	25
3. A evolução da civilização repressiva	
3.1. A horda primordial.....	31
3.2. Implicações filogenéticas.....	34
4. A Dialética da Civilização.....	39
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

“A libertação é a mais realista, a mais concreta de todas as possibilidades históricas e, ao mesmo tempo, a mais racionalmente, mais eficazmente reprimida – a possibilidade mais abstrata e remota.”

Herbert Marcuse

INTRODUÇÃO

Para Herbert Marcuse, a completa transformação tanto do ambiente modificado pela atividade humana quanto do ambiente natural é uma possibilidade concreta. Novas formas de existir e novas formas de associações humanas são possibilidades efetivas que, entretanto, não poderiam ser pensadas em termos de continuidade histórica com as formas vigentes. O presente momento que, dentro desta perspectiva, não seria nada mais do que a pré-história da humanidade, deveria sofrer uma ruptura para que as sociedades livres de amanhã surgissem no lugar das sociedades ainda não livres de hoje. E a diferença entre tais arquétipos de sociedades seria de propriedade qualitativa. Aquelas buscariam o reino da liberdade no interior do trabalho e não além dele.

Marcuse confronta as críticas que consideram a sua proposta como quimérica retomando o conceito de utopia. Para ele seriam considerados utópicos todos os projetos que têm a sua realizabilidade colocada em dúvida. Isso poderia ocorrer ou porque não existiriam os fatores objetivos e subjetivos para a pretendida transformação ou porque os anseios entrariam em contradição com conhecidas leis científicas, biológicas ou físicas. Para este autor, apenas os projetos do último tipo poderiam ser considerados como utópicos. Todos os projetos em que as condições sociais são imaturas ou mesmo que ainda inexistam os fatores objetivos e subjetivos, poderiam ser considerados irrealizáveis apenas em sentido provisório. Desta forma, apesar de ter sido um corolário muito difundido, segundo Marcuse, a impossibilidade de se determinar uma classe revolucionária não seria um critério válido para declarar o marxismo como utópico. Antes haveria um critério mais adequado, e que seria o de estabelecer se estão presentes as forças materiais e intelectuais indispensáveis para a transformação. E Marcuse afirma:

Existem hoje todas as forças materiais e intelectuais necessárias à realização de uma sociedade livre. O fato de que não sejam utilizadas deve ser imputado exclusivamente a uma espécie de mobilização geral da sociedade, que resiste com todos os meios à eventualidade de sua própria libertação. Mas essa circunstância não basta, de

nenhum modo, para tornar utópico um projeto de transformação.
(MARCUSE, 1969, p.16)

Por conseguinte, seria possível a extinção dos geradores de todas as adversidades humanas. A eliminação da pobreza e da miséria, a eliminação do trabalho alienado e a eliminação da repressão adicional à qual os indivíduos estão submetidos. Tais sofrimentos ainda perduram, não porque careceríamos das forças materiais e intelectuais capazes de as eliminar. Eles persistem como o resultado da organização sócio-política do mundo, por conta de uma mobilização generalizada da sociedade que tem a tendência a se opor à fortuna de sua própria libertação. Aqui as forças produtivas colocariam obstáculos à utilização racional destas potências transformadoras, quando não as inutilizariam.

E o que caracterizaria o estágio de desenvolvimento das forças produtivas que tornaria possível o salto da quantidade para a qualidade? Marcuse afirma primeiramente que a redução da força-trabalho fisiológica no interior do processo produtivo seria uma destas características. Além disso, a substituição desta força de trabalho centrada na energia física por um trabalho fundado no uso de energias mentais. Uma outra seria a concentração do trabalho socialmente necessário na classe dos técnicos, cientistas e engenheiros. E por último, a substituição do trabalho humano por dispositivos mecânicos ou eletrônicos nos processos operacionais, ou seja, a emergência da automação.

Apesar de tudo isso, Marcuse afirma que esta seria uma sociedade repressiva. Uma sociedade que estimula em seus membros as necessidades que ela mesmo difunde e satisfaz. E, ao satisfazer suas necessidades, necessidades compulsórias e por isso coercitivas, eles reproduziriam essa sociedade, impedindo que ocorresse o salto qualitativo para a sociedade livre do porvir. Na sociedade repressiva as necessidades igualmente repressivas seriam a de lutar pela existência batalhando pelos meios de subsistir, a de viver em conformidade com um princípio produtivista onipresente, a necessidade de conformismo, entre outras. E como seria então a dinâmica desta civilização?

Como ela teria se desenvolvido? E como ela produziria e manteria indivíduos assim reprimidos?

De acordo com Marcuse (1999, p. 13) “as próprias forças que tornaram a sociedade capaz de amenizar a luta pela existência serviram para reprimir nos indivíduos a necessidade de tal libertação”. Para ele a democracia de massa teria fornecido os estratagemas políticos para efetuar-se a introjeção do Princípio de Realidade, permitindo às pessoas escolherem, em certa medida, os seus senhores e a participarem do governo que as governam, mesmo que esteja escondido por trás do véu tecnológico que controlam. O preço que esta democracia cobra seria a ignorância, a impotência e a heteronomia do povo para o qual não faria sentido algum falar nem em libertação – pelo fato de se considerarem livres – e nem em repressão excessiva. Neste quadro a liberdade tem como conteúdo a servidão voluntária e não a busca por fazer do corpo humano um instrumento essencialmente de prazer ao invés de um instrumento de labuta.

Para Marcuse a eficácia da introjeção democrática teria suprimido o agente da revolução, pois aqueles que têm força para se opor não necessitariam de libertação, uma vez que se consideram livres, e aqueles que se reconhecem numa situação de opressão não seriam suficientemente fortes para libertarem-se. Por conta disso “a libertação é a mais realista, a mais concreta de todas as possibilidades históricas e, ao mesmo tempo, a mais racionalmente, mais eficazmente reprimida.” (MARCUSE, 1999, p. 16). E segundo o autor, nenhuma teoria seria capaz de desfazer essa internalização psíquica dos senhores em seus súditos, pois, nas sociedades afluentes, as massas participariam dos seus benefícios. Toda e qualquer oposição seria eficaz e democraticamente contida assim como o conflito entre os senhores e escravos. E isso explicaria porque:

O povo, a maioria das pessoas na sociedade afluenta, está do lado daquilo que é – não com o que poderia e deveria ser. E a ordem estabelecida é suficientemente forte e eficiente para justificar essa adesão e garantir a sua continuidade. (MARCUSE, 1999, p. 21).

Todavia, a eficiência desta ordem poderia fomentar fatores que culminariam na sua própria desintegração. Por exemplo, de acordo com Marcuse, a perpetuação da já obsoleta necessidade de trabalho em tempo integral, seria um destes fatores. Esta obrigação exigiria o crescente desperdício de recursos, a criação de postos de emprego desnecessários e o crescimento do setor militar. Outra necessidade que se converteria em fator de desagregação seria o progresso técnico do qual a sociedade afluenta depende, pois, em si só e por si só, ele seria responsável por estimular necessidades e faculdades antagônicas à organização social do trabalho sobre a qual o sistema foi edificado. E, um último fator, seria o processo de automação, situação em que o produto social seria cada vez menos determinado pelo tempo de trabalho exigido para a sua produção e, com isso, a verdadeira demanda por mão de obra declinaria, trazendo o risco de que a mais valia criada pelo trabalho produtivo deixasse de ser suficiente para contrabalançar o trabalho não produtivo, o que significaria séria ameaça para o capitalismo.

Mas qual seria a contribuição da psicologia e da teoria freudiana para a compreensão destes fenômenos sócio-políticos? Marcuse afirma que a obra *Eros e Civilização* se debruça sobre a psicanálise por que as categorias psicológicas teriam se convertido em categorias políticas, uma vez que os processos psíquicos do indivíduo teriam sido subsumidos pela sua existência pública, o que seria responsável por eliminar a distinção outrora pertinente entre esfera privada e esfera pública. Nestas circunstâncias, os problemas psíquicos teriam se tornado problemas políticos cuja perturbação particular seria um reflexo da perturbação do todo.

No passado, a psiquê teria se apresentado como uma força relativamente autônoma e contrária ao poder público, pois havia uma intimidade real. Hoje, não ocorreria mais isso. Os termos da psicologia individual teriam se transmutado nos termos das forças da sociedade que definem a psiquê. E assim, Marcuse afirma que o propósito da sua obra seria desenvolver a substância política e sociológica das noções psicológicas, tendo

em vista que para encontrar a cura dos distúrbios pessoais seria necessário encontrar a cura de uma desordem geral.

A obra *Eros e Civilização* resgataria e reinterpretaria a concepção teórica de Freud segundo os termos de seu próprio teor sócio histórico pois, pelo ponto de vista de Marcuse, a teoria freudiana seria em seu cerne uma “sociologia” e seu “biologismo” seria teoria social em uma dimensão profunda. Suas suposições mais instigantes seriam a sua metapsicanálise, principalmente a sua tardia teoria das pulsões, e sua reconstituição da pré-história da humanidade.

Sigmund Freud teria enunciado que a civilização se baseia na permanente subjugação das pulsões humanas. Mas logo após ter emitido tal afirmação, Freud se indaga se os benefícios da cultura teriam compensado o tormento infligido ao homem por conta desta sujeição. Ao contrário da sua proposição, que foi recebida como um axioma, esta indagação não foi levada em consideração, ainda mais por que o próprio Freud defendeu que todo esse processo era inevitável e irreversível.

A livre gratificação das necessidades instintivas do homem é incompatível com a sociedade civilizada. (...) Renúncia e dilação na satisfação constituem pré-requisito do progresso. (...) A felicidade não é um valor cultural. (FREUD, apud MARCUSE, 1999, p. 27).

Para Freud, a felicidade deveria estar subordinada à disciplina do trabalho como ocupação integral, à disciplina da reprodução monogâmica e ao sistema estabelecido de lei e ordem. E a cultura seria todo o sacrifício metódico da libido, que deveria ser rigidamente guiada rumo às atividades e expressões socialmente úteis. Segundo Marcuse, essa privação teria compensado quando se considera a conquista da natureza e a satisfação de necessidades de um cada vez maior número de pessoas. Todavia, ela teria criado uma mecanização e uma padronização da vida, um empobrecimento mental e uma crescente destrutividade. Marcuse admite que estes contras não são capazes de fazer pairar incertezas sobre o “princípio” que regeu o progresso da civilização ocidental. Mas entende também que o contínuo incremento da

produtividade ocasionado por este princípio teria tornado cada vez mais realista a expectativa de uma vida ainda melhor para todos.

Porém, o que aconteceria seria totalmente o oposto do que essa promessa entrevê, o domínio do homem pelo homem teria aumentado significativamente, não como uma regressão ao barbarismo, mas como a implementação desenfreada das conquistas da ciência e da tecnologia. A existência de campos de concentração, os extermínios em massa, as guerras mundiais e as bombas atômicas, mesmo “quando as realizações intelectuais e materiais parecem permitir a criação de um mundo verdadeiramente livre” (MARCUSE, 1999, p. 28), atestariam o obsoletismo das instituições estabelecidas, a urgência de novas formas de civilização e que a repressão seria mantida com tanto mais vigor quanto mais desnecessária se apresenta. Seria a repressão com efeito pertencente a essência da civilização? Teria alguma razão a interrogação de Freud acerca do preço da civilização? Constituiria mesmo o motor da civilização a relação entre liberdade e repressão, produtividade e destruição, dominação e progresso? Ou essa inter-relação não seria unicamente o efeito de uma organização específica da existência humana?

Afinal, haveria a possibilidade de uma civilização não repressiva? Uma civilização instituída a partir de uma experiência fundamentalmente distinta de ser, numa relação fundamentalmente diferente entre homem e natureza e em outras relações existenciais? Afloraria assim a demanda por uma noção de civilização não repressiva contemplada não como uma especulação abstrata, mas com base na própria noção teórica de Freud que parece refutar a sua firme negação da possibilidade histórica de uma civilização não repressiva, e nas próprias realizações da civilização contemporânea que parecem criar as precondições para a gradual abolição da repressão. Para isso, deve-se entender a dinâmica da civilização existente, ou seja, da civilização repressiva.

A primeira parte do presente estudo abordará o conceito de homem a partir da concepção freudiana. A segunda, tratará da evolução da repressão

individual através do desenvolvimento da personalidade repressiva e as implicações sociológicas desta evolução. A terceira parte discorrerá acerca da evolução da repressão na civilização, desde a horda primordial até as suas implicações no momento em que Marcuse escreve. A quarta parte se preocupará com a dialética de uma civilização que teria se desenvolvido a partir de elementos que atualmente ameaçam a sua existência. E, por fim, a conclusão retomará todos estes tópicos ao mesmo tempo em que os inter-relacionará.

1. O CONCEITO DE HOMEM NA TEORIA FREUDIANA

O conceito de homem na teoria freudiana seria ao mesmo tempo a mais contundente delação e a mais implacável defesa da civilização ocidental. Nela, o desenvolvimento da história do homem ocorreu paralelamente à história da sua repressão. A cultura teria coagido a existência dos indivíduos tanto social quanto biologicamente, tanto no funcionamento dos seus processos fisiológicos quanto no funcionamento da sua estrutura instintiva. Entretanto, para Freud, esta seria a precondição para a marcha ascendente do todo. A civilização de fato só teria começado quando o objetivo primário de satisfazer integralmente as necessidades ditadas pelo princípio de prazer foi abandonado.

Na teoria psicanalítica da personalidade, Freud afirmaria que o princípio de prazer seria a força motriz do id, que é uma das três estruturas do aparelho psíquico, encarregado da busca pela satisfação ininterrupta de todas as necessidades. Ele se empenharia cegamente em cumprir nossos impulsos e desejos mais elementares e primitivos. E caso falhasse, o resultado seria necessariamente um estado de ansiedade ou tensão. Aqui ocorreria uma prevalência do inconsciente que, governado exclusivamente pelo princípio de prazer, compreenderia os mais remotos processos primários. Tais processos seriam o resíduo da fase do desenvolvimento da personalidade em que seriam os únicos processos mentais existentes. Acontece que o princípio de prazer irrestrito logo entraria em conflito com o meio natural e humano. Desta forma, a atividade mental se retrairia para evitar a origem de qualquer sensação de sofrimento ou frustração. E deste conflito se seguiria uma compreensão traumática: a constatação de que uma plena e indolor gratificação seria impossível. Após este desapontamento, um novo princípio de funcionamento mental ganharia ascendência, o princípio de realidade.

O princípio de realidade, caracterizado pelo adiamento da gratificação, seria o oposto do princípio de prazer. Ele seria responsável por conduzir o indivíduo à busca pelo prazer, fazendo desvios com a finalidade de evitar o sofrimento. De acordo com Freud, ele satisfaz os desejos do id de forma

realista e socialmente adequada, ponderando os custos e benefícios de uma determinada ação antes de decidir agir ou repudiar o impulso.

Teria ocorrido então a substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade e, para Marcuse, isso ocasionou uma transfiguração no sistema dominante de valores. Da busca pela satisfação imediata, pelo prazer, pelo júbilo numa postura de receptividade em uma situação de ausência de repressão, passou-se à aceitação de uma satisfação postergada, de uma restrição do próprio prazer que conviveria com o esforço dirigido ao trabalho, numa postura de produtividade em uma situação de segurança. Neste estágio os impulsos animais teriam dado lugar ou teriam se convertido em instintos humanos e o homem animal teria se transformado em ser humano.

Marcuse afirma que, sob a primazia do princípio de realidade, o ser humano teria se transmutado em um ego organizado. Teria adquirido as faculdades de atenção, memória e discernimento. Ao aprimorar a função da razão, teria aprendido a examinar a realidade, distinguindo bom e mal, verdadeiro e falso, benéfico e prejudicial, esforçando-se em todos os casos por obter o que é útil para si e para os outros. Acabou por se tornar um sujeito consciente, pensante e equipado por uma racionalidade que lhe é imposta externamente. E em tudo o mais, o aparelho mental estaria efetivamente subordinado a este novo princípio, pois até:

A função de “descarga motora”, que durante a supremacia do princípio de prazer, “servira para aliviar o aparelho mental da acumulação excessiva de estímulos”, é agora empregada na “alteração apropriada da realidade”: é convertida em ação. (MARCUSE, 1999, p.35).

A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade, de acordo com Marcuse, teria sido um evento perturbador no desenvolvimento do homem. Tanto com relação à formação e desenvolvimento individual do organismo humano (ontogênese), principalmente durante o período inicial da infância, em que ocorreria uma submissão imposta pelos pais, quanto com relação à história evolutiva da espécie humana (filogênese) durante a horda primordial, em que ocorreria a submissão imposta pelo pai primordial através

do monopólio do prazer. Ele ainda afirma que tais eventos seriam continuamente reproduzidos no decorrer da história. Ontogeneticamente o indivíduo, enquanto vive e experimenta um sistema assim constituído, aprenderia os requisitos do princípio de realidade e os transmitiria às futuras gerações. Filogeneticamente, à dominação do pai primordial, se seguiria a primeira rebelião, o domínio dos filhos após o parricídio através do estabelecimento do clã fraterno, e por fim, o domínio social e político plenamente institucionalizado.

De acordo com Marcuse, na inter-relação entre os desenvolvimentos nestes dois planos, nota-se nitidamente que a psicologia individual de Freud equivale a uma psicologia social, cuja repressão é encarada como um fenômeno histórico, e a subjugação necessária, como algo imposto ao homem pelo próprio homem e não pela natureza. Para Marcuse, o pai primitivo da primeira horda seria o arquétipo da dominação e teria iniciado a reação em cadeia que passaria pela escravização, pela insurreição e pelo restabelecimento da dominação num grau amplificado. Reação em cadeia que caracterizaria a história da civilização.

A grande questão é que a repressão externamente imposta teria sempre sido apoiada por uma repressão interna equivalente ou intensificada. O indivíduo escravizado seria responsável por introjetar os seus senhores e as regras destes em seu aparelho mental, em sua psiquê, arena em que a luta pela liberdade passou a se desenrolar. Essa dinâmica mental que Freud desvenda seria a dinâmica da civilização.

Segundo Marcuse, para Sigmund Freud a ideia de carência eterna teria sustentado a modificação repressiva dos instintos. Conforme esta ideia, a sociedade, por não ter os meios suficientes para sustentar a vida dos seus integrantes sem trabalho, ou restringiria o número dos seus membros ou desviaria suas energias das atividades sexuais para o trabalho. Portanto, a remodelação repressiva dos instintos teria como justificativa a administração de recursos escassos. Uma concepção tão antiga quanto a própria civilização,

mas que se apresenta como uma racionalização suficiente, apesar de questionável, para legitimar a repressão.

A teoria freudiana corrobora esta ideia. Entretanto, mesmo que Freud tenha afirmado que o sofrimento seja a quantia que deve ser inevitavelmente paga, de acordo com Marcuse, essa mesma teoria contém elementos que transgrediriam essa racionalização. Uma vez que a metapsicologia de Freud tenta expor a indissociável vinculação entre os conceitos de civilização e barbarismo, progresso e sofrimento e liberdade e infelicidade, ele desnuda a cultura e a indaga defendendo os anseios interditos da humanidade. Pois como o autor diz:

(...) quando Freud expõe o âmbito e a profundidade dos aspectos repressivos, defende as aspirações tabus da humanidade: a reivindicação de um estado em que a liberdade e a necessidade coincidam. (...) gerando o desejo de que o paraíso seja recriado na base das realizações da civilização. (MARCUSE, 1999, p. 38).

Por conta disso, Marcuse defende que a memória transitaria para o centro da psicanálise como um modo decisivo de cognição. A memória seria considerada dotada de um valor de verdade pelo fato de conservar as promessas e potencialidades banidas. A libertação da memória seria capaz de fazer explodir a racionalidade reprimida no indivíduo, não a racionalidade do indivíduo reprimido. Apresentaria padrões críticos que são tabus para o presente ao recuperar o conteúdo cognitivo da fantasia. E essa libertação do passado não culminaria com a reconciliação com o presente, pelo contrário, a pesquisa do passado converter-se-ia em futura emancipação.

Na busca de melhor entender a dinâmica da civilização, Marcuse volta a sua análise ao desenvolvimento do aparelho mental repressivo, levado a efeito em dois planos. O primeiro seria o plano ontogenético, que descreve a evolução do indivíduo reprimido a partir da mais tenra infância até a sua existência social consciente, enquanto um membro maduro da sociedade. E o segundo seria o plano filogenético, que descreve a evolução da civilização

repressiva desde a horda primordial até o estado civilizado completamente constituído.

2. A EVOLUÇÃO DO INDIVÍDUO REPRIMIDO

2.1. O Desenvolvimento da personalidade

Freud teria descrito o desenvolvimento da repressão na estrutura pulsional do indivíduo através de algumas conjecturas. Segundo Marcuse, não seria necessário realizar uma crítica de toda a história da teoria psicanalítica das pulsões, bastaria abordar a teoria final das pulsões elaborada depois de 1920.

Para o fundador da psicanálise, as principais camadas da estrutura mental seriam o id, o ego e o superego. Freud criou essas categorias para ilustrar o funcionamento da mente humana, levando em consideração a existência de processos psíquicos conscientes e inconscientes. A mente humana se comportaria como um mecanismo tripartido que, em operação, prescreveria o comportamento do indivíduo.

O id, a camada fundamental, seria o único componente da personalidade que estaria presente desde o nascimento. Enquanto a mais antiga e a maior camada da personalidade, ele seria totalmente inconsciente. Incluiria as ações e reações instintivas e primitivas isentas de qualquer princípio que possa existir no indivíduo consciente e social. O id, segundo Freud, seria considerado relevante componente da estrutura mental. Impulsionado pelo princípio de prazer, se esforçaria pela absoluta gratificação dos desejos, vontades e necessidades, atuando como a fonte de onde emana toda a potência psíquica. Entretanto, o id não estaria sujeito a qualquer delimitação espacial ou temporal, não reconheceria contradições e, por isso, não seria por elas afetado. Ignoraria valores, bem e mal ou qualquer forma de moralidade. Em sua negligência, não visaria a autopreservação e agiria única e exclusivamente pela satisfação de suas necessidades instintivas que repousam sobre o princípio de prazer. No caso em que todas essas necessidades não fossem imediatamente satisfeitas, o resultado seria a instauração de um estado de tensão.

De acordo com Freud o id tentaria resolver a tensão criada pelo princípio de prazer através dos processos primários. Tais processos primários seriam o modo de funcionamento do aparelho psíquico que caracteriza o inconsciente, e neles a energia psíquica se escoaria livremente, passando sem barreira de uma representação para outra segundo um mecanismo de deslocamento, ou seja, envolveria a formação de uma imagem mental do objeto desejado como uma forma de satisfazer a necessidade.

O id, portanto, se mostraria de suma importância no estágio inicial da vida, pois ele asseguraria que as necessidades pulsionais, nesta fase, fossem atendidas, garantindo a continuidade do desenvolvimento do organismo humano. Não obstante, a satisfação imediata destas necessidades nem sempre se exprimiria como algo possível. Seria algo irrealista ou mesmo impossível conceber a imediata, integral e eterna gratificação das necessidades. Em vista disso, pensar os indivíduos completamente guiados pelo princípio de prazer seria o mesmo que considerar a sua aniquilação ou a impossibilidade de uma associação entre eles.

Como parte deste total antagonismo entre o id e a realidade é que, por influência do meio externo, surge o ego. Uma parte do id, aparelhada com os órgãos de recepção e proteção se desenvolveria gradualmente até formar o ego. Enquanto mediador entre o id e o mundo externo, o ego seria o componente da personalidade que teria como tarefa “lidar” com a realidade, garantido que os impulsos do id possam ser expressos de uma forma aceitável no mundo real. Seria responsável pela percepção e pelo conhecimento, e por conta deste sistema perceptual-consciente, ele preservaria a existência do indivíduo, ao observar e testar a realidade, conservando uma imagem verdadeira da mesma, ajustando-se a ela, alterando-a no seu próprio interesse.

As funções do ego agiriam tanto no consciente, quanto no pré-consciente e no inconsciente. O ego operaria com base no princípio de realidade que se esforçaria para realizar os desejos do id de forma realista e

socialmente adequada. Através do princípio de realidade seria pesado o custo-benefício de uma determinada ação antes de se tomar a decisão de agir, resistindo ou cedendo aos impulsos. Em muitos casos os impulsos do id poderiam ser satisfeitos através de um processo de gratificação retardada, atrasada, adiada. O ego acabaria por permitir tal satisfação, mas nos momentos e lugares considerados apropriados (restrição de tempo e espaço do prazer).

O ego também descarregaria a tensão criada pelos impulsos não satisfeitos. Através dos processos secundários, o ego tentaria encontrar um objeto no mundo real que correspondesse à imagem mental criada pelos processos primários originados no id. Nestes processos secundários, o ânimo psíquico começaria a estar amalgamado a algo antes de escoar, de forma controlada. A satisfação passaria a ser postergada, permitindo assim que as experiências mentais pusessem à prova os diferentes caminhos possíveis para a satisfação.

A relação entre o ego e o id se evidenciaria no papel que aquele desempenha de representar o mundo externo para este. O ego coordenaria, alteraria, organizaria e controlaria os impulsos do id. Reduziria significativamente os conflitos entre o id e a realidade e, com isto, o ego evitaria que o id aniquilasse a existência do indivíduo. O ego faria isso reprimindo todos os impulsos oriundos do id que se apresentassem como incompatíveis com a realidade, ou reconciliando tais impulsos com outros menos nocivos. Para isto, ou mudaria o objeto destes impulsos, ou retardaria/desviaria sua gratificação, ou mesmo transformaria seu modo de gratificação, ou até, os mesclaria com outros impulsos.

Já com a relação entre o id e o ego, nota-se que o ego preservaria o sinal de sua origem no id. Dessa maneira os processos do ego se manteriam como processos subsidiários perante o id. Para Freud, a reminiscência da gratificação seria a base de todo e qualquer pensamento, e o ímpeto por recuperá-la, seria o gatilho propulsor em todos os processos conscientes.

Capta-se, neste ponto, a ambivalência do ego ao se salientar a defesa que ele manobra em duas frentes. Ele sente a realidade como algo hostil, tarefa a que o id não está apto. Assume então uma atitude defensiva e, por via dos desvios, encontra a gratificação que a realidade pode propiciar. Mas se defende também das reivindicações do id, que, se completamente gratificadas, destruir-lhe-iam a vida e, assim ele as rejeita.

No curso do desenvolvimento do ego surgiria o superego. Teria sua origem a partir da prolongada dependência da criança com relação aos seus pais, e por isso, seria o último componente da personalidade a se formar. Nesse processo, a influência parental se converteria no núcleo permanente do superego. Mas não exclusivamente, pois outras entidades também desempenhariam este papel no decorrer da vida do indivíduo, como a influência exercida pela sociedade e pela cultura através das instituições e tradições.

Haveria duas partes do superego. A primeira seria o ego ideal, no qual estariam inclusas as regras de bom comportamento. Estes comportamentos incluiriam tudo aquilo que é aprovado pelas figuras de autoridade parental ou por outras figuras de autoridade. O indivíduo, ao obedecer tais regras, vivenciaria os sentimentos de orgulho, valor e realização. A segunda parte seria a consciência, que inclui informações sobre as coisas vistas como perniciosas pelos pais e pela sociedade. Estes comportamentos seriam frequentemente proibidos e considerados como causa de consequências indesejáveis, de punições ou de sentimentos de culpa e remorso. O superego trabalharia para suprimir todos os impulsos inaceitáveis do id e se esforçaria para realizar o agir do ego dentro das normas idealistas ao invés de princípios realistas.

O superego seria o aspecto da personalidade que sustentaria todos os nossos padrões morais internalizados e os ideais que adquirimos durante nossa socialização primária. Seria o representante da moralidade estabelecida.

Ele forneceria as diretrizes para que seja possível realização de julgamentos e, por isso, se configura como um tribunal íntimo acerca do certo e do errado, ao ditar aos indivíduos as restrições externas. Restrições externas, para distinguir das restrições que são posteriormente introjetadas pelos próprios indivíduos, até que se aglutinem e componham a consciência deste, que será futuramente regida pelo sentimento de culpabilidade.

Para Marcuse, estas restrições introjetadas que compõem a consciência do indivíduo civilizado e o sentimento de culpa que lhe é concomitante, cedo se tornariam inconscientes pelo indivíduo, logo e facilmente se tornariam elementos automáticos. Esse processo foi denominado de “corporalização da psiquê” e foi definido como a transformação da condenação passível de ser percebida com relação a um ato qualquer, para a condenação como um processo mental imperceptível. E para o autor: “este desenvolvimento, pelo qual as lutas originalmente conscientes com as exigências da realidade se transformam em reações automáticas, é da máxima importância para o curso da civilização.” (MARCUSE, 1999, p. 49).

Valeria a pena ressaltar que id, ego e superego não seriam entidades separadas com fronteiras bem definidas. Seriam antes a representação da complexidade dos processos mentais que ocorreriam na mente humana. A interação entre id, ego e superego demonstraria que, por conta da presença de tantas forças concorrentes, a vida mental dos indivíduos se desenrolaria em torno de um permanente conflito. Freud teria utilizado o termo “força do ego” para se referir à capacidade do ego de trabalhar apesar destas forças em conflito. Uma pessoa com uma boa força do ego seria capaz de gerir com eficácia este conflito enquanto aquela que possuísse força do ego em demasia ou em escassez poderia se tornar inflexível demais ou muito volátil, respectivamente. Ou seja, um ego avassalador seria responsável pela criação de uma personalidade rígida, incapaz de espontaneidade. Um id dominante, seria responsável por uma personalidade impulsiva e incontrolável, como a de um criminoso. E um superego superativo, seria responsável por uma personalidade extremamente moralista, como a de um religioso fanático. De

acordo com esse psicólogo, a chave para se desfrutar de uma personalidade saudável seria o equilíbrio entre estas três instâncias.

2.2. Implicações ontogenéticas

Retomando Marcuse e a corporalização da psique, faz-se necessário entender como as disputas originariamente conscientes contra as imposições da realidade se transformam em reações automáticas e inconscientes. O princípio que rege o indivíduo adulto, ou seja, o princípio de realidade só poderia se afirmar através da constrição do ego consciente. Valer-se-ia, para isso, de uma preexistente disposição para um decréscimo de mobilidade de energia psíquica. Ocorreria um congelamento do desenvolvimento autônomo das predisposições inatas para a realização de determinadas ações. Fixar-se-ia um padrão de comportamento no nível da infância. O indivíduo assim moldado, teria uma enorme propensão a se tornar reacionário, a invocar um passado nostálgico. Ele exerceria contra si mesmo uma severidade inadequada ao seu atual estágio, punir-se-ia por feitos incompatíveis com a realidade civilizada, com o homem civilizado. Seria constante a imposição de exigências por uma realidade pretérita, o que retardaria o seu desenvolvimento mental.

O princípio de realidade sustentaria o organismo no mundo externo. Como se trata do ser humano, este mundo externo seria um mundo histórico. Para Marcuse, este mundo histórico com o qual o ego, em sua evolução, se defronta, é uma organização histórico-social específica da realidade, não a realidade em sua essência. Portanto, o que moldou o princípio de realidade não foram necessidades biológicas, mas contingências históricas. No intuito de operar uma diferenciação entre os termos freudianos, que não diferenciam adequadamente as vicissitudes biológicas e as histórico-sociais dos instintos, Marcuse emparelha aqueles com os seus correspondentes que apontam o componente histórico-social específico. Assim, a repressão (básica) que seria toda a forma de modificações dos instintos, necessárias ao prolongamento da vida individual e à perpetuação da raça humana em civilização, distinguir-se-ia da mais-repressão que seriam as restrições adicionais requeridas pela dominação social. E o princípio de desempenho seria a forma histórica predominante do princípio de realidade.

Marcuse afirma que denominou o princípio de realidade atualmente predominante como princípio de desempenho para enfatizar que, sob seu comando, a sociedade estaria estratificada de acordo com os desempenhos econômicos de seus membros. Como em toda a história do princípio de realidade, no princípio de desempenho, o conceito de carência também assumiria um importante papel na racionalização da dominação. E como já supracitado, de acordo com este conceito, a luta pela existência ocorreria num ambiente inóspito no qual as necessidades humanas, para serem satisfeitas, exigiriam a constante imposição de limites, a renúncia e dilação com relação ao prazer. Toda e qualquer satisfação necessitaria de trabalho e, enquanto o trabalho perdurasse, o prazer estaria suspenso. Isso justificaria o tamanho da arregimentação repressiva que os instintos devem sofrer.

Entretanto, ao analisar a totalidade histórica, Marcuse percebe que este seria um argumento falacioso. A carência, que é utilizada para embasar as restrições imputadas, não seria consequência do ambiente desprovido dos recursos para a satisfação das necessidades dos homens. Ela seria uma consequência da organização específica da sociedade pautada pela dominação. De acordo com Marcuse:

A carência, ou a escassez, predominante tem sido organizada de modo tal, através da civilização (embora de modos muito diferentes), que não tem sido distribuída coletivamente de acordo com as necessidades individuais, nem a obtenção de bens para a satisfação de necessidades tem sido organizada com o objetivo de melhor satisfazer às crescentes necessidades dos indivíduos. Pelo contrário, a distribuição da escassez, assim como o esforço para superá-la, o modo de trabalho, foram impostos aos indivíduos – primeiro por mera violência, subsequentemente por uma utilização mais racional do poder. (MARCUSE, 1999, p. 52).

Desse modo, a carência, enquanto consequência da forma pela qual a sociedade tem se organizado, não foi distribuída coletivamente de forma justa. Longe disso, foi injustamente prescrita aos indivíduos. E, embora o princípio de realidade já exija um controle repressivo dos instintos, uma repressão básica destes, sob as instituições históricas específicas ocorre a utilização racional do poder com a introdução de um controle adicional, um excedente em repressão.

Isso é exemplificado por Marcuse quando ele fornece amostras desta mais-repressão. Para ele, a perpetuação da família patriarcal monogâmica, a divisão hierárquica do trabalho e o controle público da existência privada dos indivíduos seriam exemplos da *surplus repression*.

A estabilização dos impulsos sexuais parciais que caracterizaria o progresso para centralização do prazer nas partes genitais, segundo Marcuse, poderia ser identificado como aquela camada básica da repressão que tornaria possível o prazer intensificado. Essa seria uma experiência do organismo que envolveria a maturidade normal e natural do prazer. Entretanto, assim como a dominação dos impulsos pôde ser utilizada em prol da gratificação, ela pode ser utilizada contra esta. As vicissitudes dos sentidos de contiguidade, dos sentidos tidos como auxiliares (olfato e paladar), poderiam fornecer um bom exemplo da interrelação entre repressão básica e mais repressão. Esses teriam sucumbido aos tabus rigidamente impostos em relação ao prazer físico e corporal excessivamente intenso. O prazer de cheirar e saborear seria de uma natureza imediata, e tal imediatismo seria incompatível com a efetividade da dominação organizada. O prazer oriundo destas ações é buscado por si e o seu desenvolvimento irreprimido erotizaria de uma tal forma o organismo que neutralizaria a sua utilização social como instrumento de labor. “O princípio de prazer foi destronado não só porque militava contra o progresso na civilização, mas também porque militava contra a civilização cujo progresso perpetua a dominação e o trabalho forçado e penoso.” (MARCUSE, 1999, p. 54).

A organização repressiva da sexualidade, portanto, iniciaria com a submissão dos instintos parciais do sexo à primazia da genitalidade e esta, por sua vez, se sujeitaria à função procriadora. Além disso, a sexualidade, na maioria das civilizações, estaria voltada para o âmbito das instituições monogâmicas. E qualquer processo que envolvesse o desvio da libido do nosso próprio corpo para um objeto estranho do sexo oposto, que gratificasse os instintos parciais, que cedesse à genitalidade não procriadora ou que não estivesse subministrada pelas relações monogâmicas, deveria ser considerada tabu e rechaçada como perversão.

Após introduzir o conceito de mais-repressão, Marcuse afirma que, para elucidar a extensão e os limites do teor da repressão prevalente na civilização do seu tempo, ele deveria interromper a análise das instituições e relações que constituiriam o “corpo” social do princípio de realidade, para avaliar o princípio de realidade específico que governou as origens e a evolução desta civilização, ou seja, deveria buscar a compreensão acerca do princípio de desempenho.

Marcuse considera que o princípio de desempenho é o princípio de uma sociedade aquisitiva, antagônica e em constante expansão. Nele, a libido é desviada para os desempenhos socialmente úteis, em que o indivíduo serve a si mesmo somente na medida em que serve ao sistema, empenhado em atividades que, na maioria esmagadora dos casos, não coincidem com as suas próprias faculdades e anseios. E estas atividades tornaram-se gerais, pois o tempo de trabalho passou a ocupar a maior parte do dia, de uma maior quantidade de pessoas, durante um maior período de suas vidas. A energia libidinal originada é retraída e, ao invés de ser acumulada, ela é reconvertida para o trabalho e, neste contexto, o indivíduo vive a sua repressão “livremente” como sua própria vida. Ele deseja o que lhe é determinado que deseje; repousa sua satisfação sobre gratificações que são lucrativas para ele e para os outros, e se apresenta como um ser extremamente feliz.

Tais restrições impostas à libido parecem racionais por serem universalizadas, afirma Marcuse; atuam sobre todos os indivíduos como leis objetivas e externas, mas como uma força interna, pois internalizada por eles, uma vez que a autoridade social seria absorvida no consciente e no inconsciente. Dentro desta arregimentação repressiva, até o desempenho erótico se alinharia ao desempenho social. Pois, nas poucas horas que lhes restam destinadas ao prazer, a rotina fatigante e mecânica do trabalho alienado requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho, habilitando-os a prosseguir em seu desempenho, que por sua vez perpetua o trabalho de todos.

Isto explicaria o controle quantitativo do tempo do ócio. Já o controle qualitativo poderia ser explicado por um advento relativamente recente que surge no presente estágio da civilização industrial. Marcuse expõe que, por conta do desenvolvimento da técnica de manipulação das massas, teria surgido uma indústria de entretenimentos, que tomou para si o controle do tempo do ócio. O lazer, regido nestas duas dimensões, evitaria que o indivíduo ficasse sozinho, entregue a si próprio. Pois caso isso ocorresse, com o apoio de uma inteligência livre e consciente das potencialidades de libertação da realidade da repressão, a energia libidinal gerada no id, lutaria para abranger uma área sempre mais vasta das relações existenciais, obliterando o ego da realidade e seus desempenhos repressivos.

Para o pensamento marcuseano, a organização social do instinto sexual, portanto, refletiria as características básicas do princípio de desempenho. Originariamente, constatar-se-ia que o instinto de sexo, descendente do princípio de prazer, não sofreria limitações temporais e espaciais. Em seguida, ocorreria uma conversão para genitalidade orientada pela repressão básica da qual a civilização necessitaria. Daí a genitalidade seria alinhada à função de procriação e, esta, por sua vez, restringir-se-ia à lógica da família patriarcal monogâmica, o que significaria um acréscimo de repressão e que viria a se institucionalizar.

Dentro desta dinâmica, todas as manifestações que não se submetessem a tais funções terciárias seriam interditas como perversões. E o tabu sobre as perversões seria sustentado com uma rigidez sem igual. De acordo com Marcuse, talvez porque uma inveja secreta daqueles que delas desfrutam tivesse que ser estrangulada. Talvez porque elas exerçam uma influência sedutora, por evidenciarem o caráter exclusivista daqueles que as praticam. Talvez porque elas possam indicar uma distinção por parte de seus praticantes que se desviam da normalidade esperada e que rejeitam o ato sexual de procriação. A postura destes ilustraria a rebelião contra a repressão ao se oporem à continuidade da cadeia de reprodução em que o pai – símbolo da dominação – sempre reaparece. É uma rejeição da escravização total do

ego do prazer pelo ego da realidade. Seus praticantes defendem a sexualidade como um fim em si. São o símbolo mais ostensivo do que teve que ser suprimido. Proclamam a liberdade instintiva num mundo repressivo e abdicam do sentimento de culpa.

3. A EVOLUÇÃO DA CIVILIZAÇÃO REPRESSIVA

3.1. A horda primordial

A obra de Sigmund Freud intitulada *Totem e tabu* é um ensaio metapsicológico publicado entre 1912 e 1913, que discorre, entre outros temas, sobre o mito de uma horda primordial. Esse mito seria a tentativa de reconstruir a pré-história da humanidade descrevendo hipoteticamente como deveria ter sido uma primeira horda de seres humanos que, após o supremo parricídio, teria lançado as bases da civilização.

Neste mito, Freud pleiteia dar conta da persistência de uma realidade psíquica, desde um passado remoto, através de uma hipótese operacional que serviria para a elucidação de certas obscuridades que por ventura pudessem surgir, passível de ser rejeitada assim que não fosse mais útil para o progresso daquela ciência que, naquele momento, dava os seus primeiros passos, a psicanálise. Marcuse reconhece que as dificuldades de verificação científica e até com relação ao aspecto de coerência lógica desta hipótese são óbvias e talvez insuperáveis. Ele afirma que tal hipótese pode nunca vir a ser corroborada por qualquer prova antropológica, e que isso poderia fazer com que ela fosse inteiramente rejeitada, exceto pelo fato de ela se encaixar numa sequência de eventos que explica aspectos da civilização até então inexplicados. E seria nesse aspecto que Marcuse retomaria tal hipótese, pelo seu caráter simbólico. Pois os eventos que tal hipótese considera podem estar para sempre inacessíveis à verificação antropológica.

Freud teria criado o mito da horda primitiva ao ter identificado o sentimento de culpa. Existindo um sentimento de culpa, verifica-se que, na personalidade, tal sentimento equivaleria às solicitações da espécie. Ontogeneticamente, os princípios morais que a criança absorveria através das pessoas responsáveis por sua criação, durante os primeiros anos de vida, refletiriam certos ecos filogenéticos do homem primitivo. A civilização teria sido determinada por sua herança arcaica, que seriam as disposições, os conteúdos

ideacionais, enquanto rastros da memória das experiências das gerações anteriores. Isso equivaleria dizer que o indivíduo ainda se encontraria em identidade arcaica com a espécie e, assim sendo, o pleno conhecimento da psicologia individual deveria ser adquirido através do estudo minucioso da psicologia grupal, da sua origem e do seu desenvolvimento.

Segundo Freud, no primeiro grupamento de seres humanos haveria um homem violento e zeloso cujo poder estaria estabelecido pela eficaz demonstração de sua força. Nesta hipótese, este ajuntamento humano teria sido estabelecido e mantido unido por esse indivíduo. Este homem seria o pai primevo que reservaria e guardaria as fêmeas do grupo para si mesmo. Ainda haveria outros machos, os filhos daquele pai poderoso. Entretanto, apenas o pai poderia desfrutar sexualmente das mulheres do grupo, e com elas gerar e manter viva a sua prole. Tais filhos, por conseguinte, eram excluídos do monopólio sexual que o pai soberano construiu em torno de si. Isso ocasionou uma distribuição desigual do prazer e, subsequentemente, do sofrimento. Marcuse ressalta que, neste primeiro momento da existência do gênero humano, a vida grupal teria sido organizada por dominação e que aquele proto-pai que conseguiu controlar os outros por conta da sua força era a encarnação desta dominação.

De acordo com a hipótese freudiana, o fardo dos filhos era pesado, a eles ficou a responsabilidade por todo e qualquer trabalho – como tinham sido excluídos do prazer, estariam “livres” para o trabalho – pois suas energias instintivas poderiam todas ser redirecionadas e utilizadas para as atividades desagradáveis, mas necessárias. Enquanto o monopólio do prazer teria sido depositado nas mãos do pai, aos filhos teria sido imposto o monopólio do sofrimento. Além disso, eram obrigados a viver em pequenas comunidades, conseguindo esposas roubando-as de outros e se, porventura, instigassem os ciúmes do pai ou eram mortos, ou castrados, ou expulsos.

Toda essa ordem mantinha em estado latente um ódio contra a supressão patriarcal. Ódio que culminaria na rebelião dos filhos exilados. Em

determinado momento estes filhos degredados teriam se reunido e conspirado contra o pai. Após terem arquitetado um plano, os irmãos proscritos retornam, matam o pai e o devoram. De acordo com Marcuse aqui ficaria explícito uma metáfora em que o parricídio seria a extirpação da dominação que depois regressaria incrementada através da introjeção do que o pai simbolizava. Para Freud, ao parricídio seguir-se-ia o estabelecimento do clã dos irmãos. O pai assassinado seria deificado. Os irmãos estabeleceriam então regras que viriam a gerar a moralidade social. Como consequência afloraria o sentimento de culpa que assinalaria o marco divisório entre a horda original e o clã dos irmãos.

Nesse intervalo de tempo, o papel das mulheres ganha uma importância crescente. Uma boa parte do poder que outrora estava nas mãos do pai falecido teria sido transmitida para as mulheres. Seguiu-se ao clã dos irmãos o período do matriarcado, caracterizado pelo baixo grau de dominação repressiva. Teria ocorrido depois uma contrarrevolução e o período do matriarcado deu lugar ao domínio dos patriarcas irmãos. Segundo Marcuse, esta situação de instabilidade teria sido eliminada somente mediante a institucionalização da religião. Depois do domínio do pai primitivo, do seu assassinato, do estabelecimento do clã provisório dos irmãos parricidas, do período matriarcal de transição e do período dos patriarcas irmãos, surgem os deuses masculinos (filhos das grandes divindades maternas). Estes deuses filhos assumem as características do pai, surgindo assim o politeísmo. O politeísmo entraria em declínio e a conversão de todas as divindades em uma só ganharia ascensão, surgindo o monoteísmo. Desta forma, o pai primitivo personificado (e por isso dotado de um poder limitado), morto e devorado ressurgiu como “a única divindade”, como deus pai onipotente porque não mais personificado.

3.2. Implicações filogenéticas

Na hipótese de Sigmund Freud o sofrimento obtido após a reavaliação de um comportamento passado tido como reprovável por si mesmo, denominado sentimento de culpa, seria algo intrínseco ao clã dos irmãos parricidas que cometeram o crime supremo contra o próprio pai. Deste sentimento derivaria uma sensação de ansiedade e de inquietude sobre as possíveis consequências de seu ato condenável. Contudo, para Marcuse, tais consequências seriam duplas. Ou se concretizaria a ameaça de uma fragmentação da ordem com a eliminação da existência do grupo, por conta da abolição da autoridade paterna que, apesar de tudo, conservava o grupo agregado; ou poderia se seguir como consequência a realização daquela promessa de uma sociedade sem pai, uma sociedade livre, isenta de supressões e da dominação. Por conta disso, o sentimento de culpa refletiria essa dupla estrutura e sua ambivalência.

Marcuse defende que, no desenrolar dos fatos, os parricidas teriam agido para coibir apenas a possibilidade de destruição da continuidade do grupo, ou seja, ignoraram a promessa e agiram unicamente no intuito de frustrar a ameaça. Para isso, eles restabeleceram a dominação ao substituir um pai por muitos e, depois, unificando estes pais em um único, eles o internalizaram. A revolta dos filhos teria servido apenas para suspender por um período de tempo os grilhões da dominação. O autor acredita que o sentimento de culpa assim originado incluiria inevitavelmente o remorso pela não concretização da promessa que o ato emancipador viabilizou. O sentimento de culpa então presente não teria se originado unicamente a partir do parricídio, mas também, pela reintrojeção do pai repressivo, pela autoimposição da repressão.

Na interpretação de Marcuse, nessa fase inicial da civilização, sob o domínio precário do embrionário princípio de realidade, o princípio de prazer se tornaria algo aterrorizante. Os indivíduos ansiariam por uma proteção permanente perante os impulsos que o direcionam para a livre gratificação

integral. E esta livre gratificação seria representada pela mulher, a qual teria fornecido pela primeira e última vez tal gratificação.

Através do poder sexual, a mulher é perigosa para a comunidade, cuja estrutura social assenta no medo deslocado para o pai. O rei é massacrado pelo povo, não para que este se torne livre, mas para que possa tomar sobre si um jugo mais pesado, um jugo que o protegerá com mais segurança da mãe. (RANK, 1929, p. 93 apud MARCUSE, 1999, p. 75).

Marcuse afirma que a hipótese da horda primordial implicitamente indica que o rei-pai teria sido chacinado não só porque impor restrições intoleráveis aos outros homens da horda, seus filhos, mas porque essas restrições, impostas por ele, uma pessoa individual, não eram suficientes para se contrapor ao desejo de regressão para a mãe.

Tanto a destituição do pai quanto a sua restauração teriam sido, dentro desta perspectiva, crimes. Ambos necessários para o progresso da civilização ocidental. O crime contra o pai teria sido um crime contra o princípio de realidade, e este teria sido redimido pelo crime contra o princípio de prazer. Entretanto, o crime contra o princípio de prazer ainda não teria sido redimindo. E isso explicaria porque o sentimento de culpa é mantido e a ansiedade ainda persiste. Freud teria suposto que o crime primordial e o sentimento de culpa, que dele decorre, se reproduziriam continuamente no transcorrer da história, manifestando-se com diferentes contornos. Ele chega a afirmar que pensou ter encontrado vestígios do parricídio, assim como do seu “retorno” e redenção na história do judaísmo, que começa com o assassinio de Moisés.

O crime primordial seria reproduzido constantemente no conflito entre a velha e a nova geração, na revolta e rebelião contra qualquer tipo de autoridade estabelecida; e o arrependimento seria reproduzido através da restauração e glorificação daquela autoridade anteriormente contestada. Para Marcuse, se fosse admitida essa linha de raciocínio, a própria vida e morte de Cristo teria esse aspecto de uma luta contra o pai e, posteriormente, de um triunfo do pai. O Pai (Deus) teria deixado a sua mensagem (de dominação), ditando-a a Moisés. O Filho (Cristo) teria propagado uma mensagem de

libertação capaz de destruir a Lei presente nos dez mandamentos através do Eros que deveria se opor à dominação instaurada (o que se constituiria num crime contra o Pai). Desta maneira, retoma-se a imagem herética de Jesus, colocado como um redentor neste mundo, na carne, o Messias, que teria vindo salvar os homens antes da morte. Acontece que após a sua morte ocorre a sua transubstanciação. O seu corpo, ou seja, a sua mensagem para este mundo material é transformada e sublimada. Depois Ele é deificado ao lado do Pai, cedera-se novamente à Lei e a soberania do Pai seria restaurada e fortalecida. Sua mensagem teria então sido traída pelos seus próprios discípulos que, ao negarem a libertação na carne, ou melhor, neste mundo, se vingam do redentor ao direcionar o seu discurso libertador rumo à vida após a morte.

Em termos freudianos, o crime primordial poderia ter sido expiado, de acordo com a mensagem do Filho, numa ordem de paz e amor na Terra. Mas não foi; pelo contrário, foi suplantado por outro crime – o cometido contra o Filho. Com a sua transubstanciação, também o seu evangelho foi transubstanciado; a sua deificação removeu a sua mensagem deste mundo. O sofrimento e a repressão foram perpetuados. (MARCUSE, 1999, p. 77).

Marcuse ressalta a afirmação de Freud de que os povos cristãos seriam “mal cristianizados”. E isso porque aceitavam o evangelho somente na sua forma altamente sublimada, que conservava a realidade em todos os seus aspectos brutais. Isso deixa patente que teria ocorrido uma transformação do conteúdo original, tanto que todos aqueles que tentaram de alguma forma salvar o conteúdo objetivo e não exaltado foram perseguidos. O que explicaria a luta armada do cristianismo institucionalizado contra os tidos como hereges, nas guerras contra as revoluções cristãs, nas chacinas dos cátaros, albigenses, anabatistas, escravos, camponeses, mendigos; na queima de bruxas e de seus defensores. Enfim, a exterminação dos fracos, que em suas práticas recordavam a seus carrascos o crime contra o Filho, e, que por isso, deveriam desaparecer. Essa carnificina teria sido a cristalização da total mobilização contra o retorno do reprimido na história.

De acordo com Marcuse, vários séculos teriam sido necessários para que o retorno do reprimido fosse dominado pelo poder e o avanço da

civilização industrial. Mas esta racionalidade que coibiu o fluxo oriundo do passado, recentemente, teria desembocado num outro retorno do reprimido. Isso seria atestado pelos resultados, pois aqueles atos que ocorreram no passado guardam estreita relação com atos recentes: como a implementação de campos de concentração e de trabalhos forçados, a ocorrência de extermínios em massa, a conflagração de guerras e os julgamentos e perseguições dos inconformistas, que indicam novamente uma mobilização contra o retorno do reprimido.

Alguns acontecimentos que se apresentam aos indivíduos durante a interação social seriam responsáveis por despertar o material reprimido. Tanto por conta do constrangimento que exercem quanto ao impulso para destruir, a família, os estabelecimentos de ensino, os locais de trabalho, o Estado, a Lei, a filosofia e a moral afluyente. A diferença é que, ao contrário da primeira horda, o retorno no presente período não exigiria que o soberano pai fosse morto e comido, ainda mais porque a dominação já não seria pessoal. Nem mesmo a situação edípica na qual se desenvolve a personalidade ocorreria da mesma forma. No presente estágio a função do pai teria sido transferida da sua pessoa individual para a sua posição social, para a sua imagem no filho, para Deus e para as várias instituições repressivas.

Isso não significaria que a intensidade da restrição e renúncia atualmente seja menor que na horda primordial. Apenas significaria que ela é mais racionalmente distribuída entre o filho e o pai e na sociedade como um todo. E não significaria também que as compensações seriam maiores do que no período primitivo, apenas que seriam mais seguras e garantidas. A perspectiva do filho de se converter em pai e assumir o seu papel sustentaria a ordem. Entretanto, antes seria necessário que a mãe-amante, que encarnaria em si o princípio de nirvana pré-natal e, portanto, a total e imediata gratificação, fosse cindida. Desta deveria ser apartada a figura da mãe e a figura da esposa através da instauração do tabu do incesto. Com relação à figura da mãe, a sexualidade e a afeição se divorciariam e o amor sensual se tornaria ternura.

Na figura da esposa a sexualidade e a afeição novamente se reuniriam, e o amor resultante seria tanto terno quanto sensual.

Tudo isso corroboraria a ideia de que no presente nível da civilização o pai poderia ser superado sem nenhuma perturbação profunda. E mesmo que cada filho não conheça o seu pai, a imagem deste é perpetuada naquele, justamente pelo fato de que a figura do pai teria se convertido numa autoridade devidamente sancionada e impessoal pela atuação das instituições. Mas, segundo Marcuse, seriam precisamente tais instituições que estariam abalando os alicerces estabelecidos da civilização. Elas não seriam mais condizentes com o atual estágio concreto e potencial dos meios de produção ou com os meios materiais e intelectuais já existentes. Elementos que suscitam a exigência de que se instaure uma sociedade verdadeiramente livre.

4. DIALÉTICA DA CIVILIZAÇÃO

Para Sigmund Freud, o sentimento de culpa seria de suma importância para o desenvolvimento da civilização, por estar estreitamente relacionado com o progresso. À medida que a civilização prosperava, o sentimento de culpa se intensificava. Com isso ele passaria a ser visto como a questão mais importante da cultura, pois significaria o preço que teve de ser pago com a perda de felicidade. Freud retira as provas para chegar a esta conclusão tanto da análise da teoria das pulsões, quanto da análise teórica que operou acerca das grandes doenças e descontentamentos da civilização, produtoras de:

(...) um ciclo ampliado de guerras, perseguições ubíquas, antissemitismo, genocídio, intolerância e a imposição de 'ilusões', trabalho forçado, doença e miséria, no meio de uma riqueza e conhecimento crescentes. (MARCUSE, 1999, p.83).

De acordo com Freud, o sentimento de culpa, que teria sua origem no complexo de Édipo, e que seria a herança do assassinato do pai pelo conluio dos irmãos, não sufocaria o impulso agressivo que revive de geração em geração. Compreendendo isso, Marcuse afirma que, atualmente, como o pai é multiplicado, suplementado e substituído pelas autoridades presentes na sociedade, o impulso agressivo que subjaz é também multiplicado e direcionado para as várias instâncias da sociedade que se investiram da autoridade patriarcal. Nisso resulta que a sociedade necessita de um fortalecimento das suas defesas perante o eminente retorno do reprimido, e o faz através da intensificação do sentimento de culpa.

Tal defesa contra a agressão teria sua justificativa, mas para ser eficaz, segundo Freud, ela deveria fortalecer os instintos sexuais, uma vez que apenas um Eros fortalecido poderia efetivamente submeter os instintos destrutivos. Entretanto, segundo Freud, isso seria exatamente o que a civilização desenvolvida é incapaz de fazer. O fato é que ela dependeria cada vez mais da arregimentação e do controle intensificados, o que enfraqueceria cada vez mais Eros.

A cultura exige sublimação contínua; por conseguinte, debilita Eros, o construtor de cultura. E a dessexualização, ao enfraquecer Eros, liberta os impulsos destrutivos. Assim, a civilização é ameaçada por uma difusão instintiva, em que o instinto de morte luta por ganhar ascendência sobre os instintos de vida. Originada na renúncia e desenvolvendo-se sob uma progressiva renúncia, a civilização tende para a autodestruição. (MARCUSE, 1999, p.87).

Para Marcuse este argumento posto por Freud levanta várias objeções. As inibições impostas pela cultura também afetariam os impulsos de agressividade e de destruição. Além disso, nem todo trabalho envolveria dessexualização. Ele poderia ser, em grande medida, uma utilização social dos impulsos agressivos, atuando, portanto, a serviço de Eros. Isso possibilita a imagem de uma civilização não-repressiva.

Realmente, grande parte das relações de produção sobre a qual a civilização repousa seriam desagradáveis, e o trabalho que criou e ampliou a base material da civilização foi principalmente labuta, trabalho alienado, penoso. Ao desempenhar tal trabalho, dificilmente o indivíduo gratifica as suas necessidades e inclinações, mas talvez, de acordo com Marcuse, a inibição civilizada dos impulsos agressivos no trabalho teria compensado este enfraquecimento de Eros.

Outro dado importante é que a necessidade de repressão – e de sofrimento a ela vinculado – variaria de acordo com a maturidade de uma determinada civilização e com a extensão do domínio racional obtido sobre a natureza e sobre a sociedade. Marcuse aponta que a teoria freudiana se concentrou no ciclo dominação/rebelião/dominação, em que a dominação procedente não seria uma repetição da primeira e sim um movimento cíclico de progresso em dominação. Gradativamente, a dominação se tornaria mais pessoal, objetiva, universal e cada vez mais racional, eficaz e produtiva. E a divisão social do trabalho seria incumbida pela restrição e arregimentação do prazer.

Com o advento da divisão social do trabalho, houve o desenvolvimento de um sistema hierárquico de trabalho social que não só teria racionalizado a

dominação, mas também teria contido a rebelião contra ela. No nível do indivíduo a possibilidade de revolta seria represada na estrutura em que se desenrola o conflito normal de Édipo. No nível social às revoluções se seguiram contrarrevoluções e, por fim, restaurações. Rememorando grande parte das revoltas dos oprimidos diante dos seus opressores, constata-se que a sequência dos fatos se encerra no estabelecimento de um aperfeiçoado sistema de dominação. Em todas essas revoltas ocorreu paralelamente um esforço de substituir um grupo dominante por outro, mas ocorreu também uma extrapolação das metas, desencadearam-se forças que passariam a lutar pela abolição de toda a forma de dominação e exploração.

A hipótese de Freud sobre a origem e a permanência do sentimento de culpa elucidaria porque estas forças teriam sucumbido. Tal sentimento, em termos psicológicos, esclareceria a dinâmica sociológica enquanto a dinâmica da identificação entre aqueles que se revoltam contra determinado poder, e este mesmo poder. A dominação imposta, ao reter os indivíduos como instrumentos de trabalho e excluí-los da possibilidade de total gratificação, não apenas agiria em prol de defender privilégios. De certa forma, ela também sustentaria unida a sociedade numa escala de contínuo progresso e expansão. Deste modo, a culpa pela rebelião seria intensificada, ela não seria mais oriunda do remorso pelo ato cometido contra um pai individual, mas pelo ato dirigido ao todo. A racionalização do sentimento de culpa chega ao seu apogeu. O papel do pai, símbolo da dominação, que outrora estava limitado à família e à sua autoridade biológica, agora seria interpretado pela administração que preserva a vida da sociedade e pelas leis que salvaguardam a ordem. A revolta contra a administração e as leis não seria uma revolta contra um animal déspota regulador da gratificação, mas contra a ordem sábia que garante os bens e serviços para a progressiva satisfação das necessidades humanas. A rebelião neste contexto estaria além dos limites da recompensa e das possibilidades de redenção pois seria um crime contra a sociedade humana.

Entretanto, para Marcuse o próprio progresso da civilização contradiria essa racionalidade. As liberdades e gratificações das quais os indivíduos gozam se convertem em instrumentos de repressão. A desculpa da escassez é cada vez mais enfraquecida à medida que o controle da natureza pelo homem se completa e as necessidades são satisfeitas com cada vez menos esforços. A tecnologia atuaria contra a utilização repressiva de energia, contra o seu desperdício e, visto que reduz ao mínimo o tempo necessário para a satisfação das necessidades da vida, pouparia tempo para que se desenvolvessem novas necessidades situadas além do domínio do supérfluo necessário. A pobreza ainda persistiria devido à maneira pela qual são distribuídos e utilizados os recursos. Tais recursos facilitariam a transformação qualitativa das necessidades humanas. Nesta conjuntura o organismo humano teria se convertido num instrumento cada vez mais maleável e criou-se uma riqueza social tamanha que seria suficiente para tornar esse instrumento em um fim em si.

Mas quanto mais perto se encontra a possibilidade real de emancipar o indivíduo das restrições outrora justificadas pela escassez e imaturidade, tanto maior é a necessidade de manutenção e dinamização dessas restrições, para que a ordem estabelecida de dominação não se dissolva. (MARCUSE, 1999, p. 94).

Para Marcuse, a civilização é forçada a se garantir contra o espectro de um mundo que possa ser livre. Já que ela é impedida de utilizar a sua crescente produtividade para reduzir a repressão, ela volta esta mesma produtividade contra os indivíduos. Mobiliza-se interna e externamente o povo através de uma situação totalitária que se propagou na história todas as vezes que o interesse de dominação se viu ameaçado. A “automatização do superego” indicaria quais seriam os mecanismos de defesa pelos quais a sociedade enfrenta a ameaça. O controle se faz efetivamente sobre a consciência que é impedida de reconhecer a atuação da repressão sobre a satisfação de necessidades até então tidas como benéficas. A manipulação da consciência teria ocorrido através da coordenação da existência privada e

pública, através da propagação de atividades ociosas destituídas de empenho mental e do triunfo do antiintelectualismo.

Como começa a existir um controle sobre parcelas da consciência antes intocadas, surge também a possibilidade de um afrouxamento sobre os tabus sexuais. Mas assim como todas as atividades restritas ao tempo livre do indivíduo, também as atividades sexuais entrariam em conformidade com o desempenho social, elas se harmonizariam com o conformismo lucrativo. Em contraste com a destrutividade inerente à libertação de Eros, o relaxamento da moralidade sexual serviria ao sistema. Mas mudanças significativas estariam ocorrendo dentro deste sistema de controles intensificados, como a alteração da estrutura do superego, a alteração do conteúdo e das manifestações do sentimento de culpa, variações que preparariam o terreno para o surgimento de um novo princípio de realidade. Mas, como afirma Marcuse:

(...) a emancipação desse estado parece requerer não que se impeça a alienação, mas que esta se consuma; não a reativação da personalidade reprimida e produtiva, mas a sua abolição. A eliminação das potencialidades humanas do mundo de trabalho (alienado) cria as condições para a eliminação do trabalho do mundo das potencialidades humanas. (MARCUSE, 1999, p. 103)

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente estudo permitiu expor, enquanto possibilidade efetiva, a promessa de uma profunda transformação da sociedade humana, através da ruptura com as formas existentes de organização social. Nos dias de hoje, é inteiramente possível a eliminação das privações e das condições degradantes que são impostas aos homens, ou seja, é inteiramente possível a eliminação da pobreza, da fome e da escravidão. Mas antes, devem ser destruídos os obstáculos que são colocados à utilização racional das forças que são capazes de os libertar. Por estar subsidiada pelas precondições necessárias para a realização de seu propósito, essa possibilidade, de forma alguma, pode ser considerada um caminho utópico. Ela se sustenta na presença de fatores objetivos e subjetivos, na presença de forças materiais e intelectuais necessárias à realização desta mudança, uma vez que já se verifica a existência dos espaços nos quais as demandas até então abstratas podem imergir no real.

O corrente estágio de desenvolvimento das forças produtivas tornou possível o salto qualitativo das sociedades ao reduzir ao mínimo necessário a força de trabalho fisiológica dentro do processo produtivo. Isso ocorreu simultaneamente a uma crescente substituição deste tipo de trabalho por um trabalho fundado no uso de energias mentais e que, por isso, teria concentrado o trabalho socialmente necessário na classe dos técnicos e especialistas. Estes, por sua vez, teriam alavancado de maneira incomensurável a possibilidade da automação total do processo produtivo, situação completamente incompatível com a continuidade do capitalismo.

Entretanto, estas mesmas forças que teriam tornado a sociedade capaz de amenizar a luta pela existência, serviram para inibir nos indivíduos a necessidade desta emancipação. Estes teriam, através da democracia de massas, introjetado a repressão no seu aparelho mental e passaram a viver a liberdade enquanto uma forma de servidão voluntária que teve como preço a perda de autonomia. A efetiva libertação, que se contrapõe a esta liberdade

repressiva, surgiria da emergência de novas necessidades que foram reprimidas ou suspensas e que fariam do corpo humano um instrumento de prazer e não de trabalho árduo.

Decorre desta situação a exigência por um novo princípio de realidade não repressivo, cujas condições para o seu desenvolvimento já estariam estabelecidas no interior do princípio de realidade vigente. Todavia, a eficiência da introjeção democrática dos senhores e de suas leis nos seus súditos e em suas práticas teria suprimido o agente da revolução. Aliado a isso, a libertação real, que é a mais concreta das possibilidades históricas, seria racionalmente reprimida e proscrita como a possibilidade mais abstrata e remota.

Ficou evidente que nenhuma teoria é capaz de reverter essa situação. Nas sociedades abundantes de nosso tempo, considerável parcela dos membros participam dos seus benefícios, criados a partir de uma produtividade auto estimulada como fim em si. Todo o tipo de oposição que seja visto como uma ameaça, é democraticamente contido. E, num balanço geral, viver nestas sociedades não se configura em uma vida de todo má para aqueles que se submeteram e se reprimiram. Por isso, a ordem estabelecida se ostenta de ser suficientemente forte e eficiente para justificar a adesão da maioria e garantir a sua continuidade.

Mas é precisamente esta eficiência que está transformando algumas das características dessa ordem em fatores de desagregação. A continuidade desnecessária da mão de obra em tempo integral exige que uma grande quantidade de recursos finitos seja desperdiçada, que sejam criados postos de trabalhos cada vez mais desnecessários, que uma quantidade cada vez maior de produtos supérfluos seja produzida e consumida, e que tenhamos que conviver com o risco constante do crescimento do setor bélico e militar.

No intuito de compreender a dinâmica desta civilização, como ela teria se desenvolvido e como ela cria e mantém seus membros, partiu-se para a análise das categorias psicológicas, mais precisamente aquelas que estão

presentes na teoria freudiana. Herbert Marcuse voltou a sua atenção para a psicologia porque as categorias psicológicas, segundo ele, – no momento atual em que os processos psíquicos teriam sido absorvidos pela existência pública – se converteram em categorias políticas. E elegeu Sigmund Freud como referencial por considerar que sua teoria psicanalítica seria, em última instância, uma psicologia social.

Freud acreditava que a civilização progrediu a partir da permanente subjugação dos instintos humanos e que os sofrimentos infligidos por essa repressão instintiva foram o preço que teve de ser pago pelos benefícios oriundos da cultura. Para ele, a livre gratificação das necessidades humanas seria inconciliável com a sociedade civilizada na qual a felicidade individual estaria subordinada à disciplina do trabalho em tempo integral, à disciplina sexual requerida pelas instituições monogâmicas e pela disciplina ditada socialmente pelo sistema estabelecido de lei e ordem. Mas, logo em seguida, Freud lança uma interrogação que abala toda essa suposição, ele se questiona se tal sofrimento era inevitável e se não haveria alternativa para que a civilização se desenvolvesse sem repressão. A repressão passa a poder ser vislumbrada como o resultado de uma organização específica da existência humana.

Ao se debruçar sobre a história do homem, Freud constatou que esta seria a história da sua repressão. Teve seu início com a transformação do princípio de prazer em princípio de realidade. Sob o princípio de realidade o homem, que antes era uma difusão de impulsos, se converteu em um ego organizado. Ele passou a se relacionar conscientemente com o meio, retirou experiências desta interação e as reteve, para depois transmiti-las. Essa metamorfose, que para o homem teria sido traumática, teria ocorrido tanto no plano individual como no plano genérico e continuaria durante as eras a ser reproduzida – os indivíduos transmitindo-a de geração em geração e os grupos através das instituições.

No plano individual, cada homem aprenderia os requisitos do princípio de realidade a partir do desenvolvimento da sua personalidade, ou seja, através da formação do id, do ego e do superego. Aqui o princípio de realidade se firmaria por uma contração do ego consciente que congelaria o desenvolvimento autônomo dos instintos no nível da infância. O indivíduo assim formado demonstraria propensão à adesão a um *status quo ante*, tornando-se assim literalmente e figurativamente reacionário e frequentemente se punindo por feitos incompatíveis com a sua evolução fisiológica, dado que a sua evolução psicológica estaria estagnada.

No plano genérico, os grupos pavimentariam o solo sobre o qual se desenvolveu a civilização, com o princípio de realidade, propagando-se através das instituições que surgiram do sentimento de culpa, originado a partir do parricídio cometido pelos irmãos rebeldes da horda primordial. Mas este sentimento de culpa teria uma dupla origem. Surgiria também por conta da não consumação do ato libertador que a morte do pai primitivo possibilitou, ao não se empreenderem na construção de uma sociedade livre do pai e, ao invés disso, o restaurarem. Teria surgido um remorso pelo crime contra o pai que foi redimido pelo crime contra a liberdade – ao restaurarem o domínio paterno – e um remorso por esta restauração que, na história, ainda não teria sido redimido. Este último remorso seria uma ferida aberta que escancararia as portas para o retorno do reprimido.

Na civilização atual a dominação que outrora era representada pelo pai primordial (na horda primordial) e pela autoridade parental (no complexo de Édipo) continuaria, como um patrimônio herdado. Agora ela seria assegurada ao se desmembrar tal autoridade da posição individual e dirigi-la para a sua posição social, para a sua imagem no filho, para Deus e para as várias instituições repressivas.

Especificamente tais instituições estariam desestabilizando a civilização industrial avançada, por não serem mais condizentes com o atual estágio concreto e potencial dos meios de produção ou com os meios materiais e

intelectuais já existentes, que tornam realizável a instauração de uma nova sociedade erguida sobre necessidades totalmente livres.

Outro patrimônio herdado enquanto herança arcaica teria sido o sentimento de culpa. Originado a partir do complexo de Édipo e contraído quando o pai primordial foi assassinado pelo conluio dos irmãos, resultou num remorso que cresce à medida que a civilização progride. E este progresso seria pago através da perda da felicidade que ocasionaria um mal-estar generalizado na civilização.

Essa civilização, que de forma justa distribui o mal-estar, avança, acima de tudo, como progresso no trabalho. Nela o trabalho se caracterizaria por ser não libidinal, penoso e desagradável e, por isso, teve que ser imposto. Ao executá-lo, o indivíduo teria que renunciar ao prazer e a renúncia estaria intimamente ligada à sublimação, que seria mera aproximação dos objetivos sexuais primários. A sublimação envolveria, portanto, uma dessexualização do organismo, o que poderia desequilibrar a luta entre Eros e a Pulsão de Morte ao enfraquecer Eros. Impulsos destrutivos seriam assim libertados e a civilização estaria fadada à autodestruição.

Todavia, no futuro da civilização, o trabalho poderá ser majoritariamente uso social dos instintos destrutivos, quase nenhum trabalho terá que envolver a dessexualização e, portanto, quase nenhum trabalho deverá estar ligado à sublimação e à renúncia. O caráter desagradável do trabalho é exclusividade do trabalho alienado. E o trabalho alienado hoje, por conta do avanço tecnológico atingido, é absolutamente desnecessário. Surgiu então a possibilidade de se imaginar uma civilização não repressiva uma vez que podem vir a existir formas libidinais de trabalho “numa sociedade na qual o trabalho se torne jogo, na qual inclusive o trabalho socialmente necessário possa ser organizado em harmonia com as necessidades instintivas e com as inclinações dos homens.” (MARCUSE, 1969, p. 21).

Referências Bibliográficas

MARCUSE, H. *Eros e Civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999.

MARCUSE, H. *O Fim da Utopia*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

FREUD, S. *Totem e Tabu*. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: Editora LP&M Pocket, 2014.

RANK, O. *The Trauma of Birth*. Nova Iorque: Harcourt, Brace, 1929.